



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141417 - MG (2021/0011941-4)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**RECORRENTE** : MICHEL LINCOLN FERREIRA ROSA (PRESO)  
**ADVOGADO** : HEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO - MG162929  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**CORRÉU** : JONATHAN AVELAR AQUINO  
**CORRÉU** : LUCIANO VINICIUS DA SILVA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MICHEL LINCOLN FERREIRA ROSA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.579447-2/000).

O recorrente foi preso, preventivamente, em 27/05/2020, pela suposta prática dos crimes descritos no art. 157, § 2º, inciso II, e § 2ºA, inciso I, na forma do art. 14, inciso II, todos do CP.

Impetrado prévio writ na origem, a ordem foi denegada.

Sustenta o insurgente, que sofre constrangimento ilegal, em razão do excesso de prazo na formação da culpa e da inexistência de motivos novos e contemporâneos para justificar a segregação cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista que conforme explicitado pelo colegiado recorrido *"No caso, verifica-se que a pretensão liberatória em apreço não merece acolhimento, vez que, consoante se depreende da análise dos autos, a mora processual é oriunda da complexidade do feito, que visa apurar crime grave, supostamente perpetrado por três réus. No mais, o nobre Magistrado informou que a audiência de instrução e julgamento processual estava marcada para o dia 10/12/2020. Assim, é evidente que a instrução processual está próxima do fim e o feito encontra-se em vias de ser sentenciado (documento de ordem n.38)"* (fl. 231).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Em arremate, ressalte-se que *"o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes"* (AgRg no RHC n. 137.237/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 18/12/2020), o que torna a liminar em sede de plantão, *a priori*, momento inadequado ao acolhimento da alegação de excesso de prazo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência